

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1334/XIII/3.^a

Recomenda ao Governo a criação de uma plataforma de valorização do agroalimentar português

Portugal é um país com uma grande riqueza gastronómica, constituída por vários produtos endógenos que são, em muitos casos, verdadeiros ex-libris das regiões de origem, contribuindo para o seu desenvolvimento económico, social e cultural.

As gastronomias locais traduzem um conjunto de legados históricos que permitem, por si só, a distinção e identificação dos territórios, e despertam interesse e entusiasmo nos consumidores e nos agentes de desenvolvimento, com muitos e bons exemplos de municípios que fazem um excelente trabalho na valorização e divulgação dos produtos locais.

Vários especialistas defendem que não existe gastronomia sem produção agrícola e sem ligação ao território. Efetivamente, se é verdade que no caso da agricultura o sabor começa no solo, então os agricultores deverão considerar a gastronomia não só como um fator de valorização da sua produção, mas também como o veículo de promoção das especificidades locais e regionais de origem.

A Dieta Mediterrânica, inscrita na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade desde 2013, é disto exemplo, através do seu conjunto de saber-fazer, conhecimentos, rituais, símbolos e tradições sobre técnicas agrícolas, pesca, criação de gado, conservação, processamento, preparação e, especialmente, partilha e consumo de alimentos. A Dieta Mediterrânica enfatiza valores da hospitalidade, vizinhança, diálogo intercultural e criatividade, desempenhando um papel vital em espaços culturais, festivais e celebrações, reunindo pessoas de todas as idades, condições e classes sociais.

Mas a vasta possibilidade de reinventar as práticas alimentares, mesmo as mais tradicionais, como a Dieta Mediterrânica, pode significar um motor de valorização e diversificação das

produções agrícolas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade e, simultaneamente, para a fixação das populações e o não abandono dos campos.

É, por isso, na ligação ao território que se esconde o segredo da diferenciação de sabores, texturas e cheiros que determinam uma gastronomia de excelência. E é também ali que encontra fundamento a redescoberta de complementaridades entre produtores, alimentação e cultura, e a materialização da oferta ao consumidor final de produtos genuínos dos sistemas agrícolas.

Embora haja casos em que as ligações com os produtores surgiram com naturalidade, outros há em que essa ligação é mais difícil, como é o exemplo de pequenos produtores, mas que produzem verdadeiras «pérolas», de grande qualidade.

Esta questão tem sido abordada em várias vertentes, e por vários agentes e instituições. A Comissão Europeia apresentou mesmo algumas propostas, entre as quais a criação de uma plataforma comum para estes produtores, que lhes dê a possibilidade de disponibilizar mais facilmente os seus produtos, assim como a implementação de uma logística de distribuição que não esmague as suas margens, ou ainda a promoção de visitas mútuas entre produtores, investigadores e chefs, para estabelecerem pontes e conhecerem melhor as respetivas realidades, de modo a conciliar e ultrapassar disparidades entre oferta e procura.

E, nesta lógica, é também fundamental continuar a promover a educação com vista à tomada de consciência da problemática alimentar, naturalmente enquadrada nos problemas ambientais, globais e locais. Educação essa que crie, cada vez mais, uma responsabilização individual face ao consumo alimentar, e conduza a uma mudança de atitudes.

As alterações climáticas, cada vez mais presentes e frequentes, são uma realidade com que todos nos defrontamos e afastam aquele que, até há poucos anos, podia ser considerado um padrão “normal” das quatro estações, dificultando a escolha de culturas e variedades, e criando dificuldades acrescidas na análise, prevenção e mitigação de eventuais riscos associados aos fenómenos climáticos.

A agricultura é um dos sectores que contribui para as alterações climáticas, mas que, simultaneamente é também mais afetado, quer pelo aumento de pragas e doenças, quer pela falta de água para regadio, que podem provocar perdas elevadas de produção e do rendimento dos agricultores.

Por este motivo, a investigação agrária é de extrema importância, sendo de salientar, nesta área, o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária no melhoramento e desenvolvimento de variedades mais adaptadas às especificidades territoriais, mais produtivas e mais eficientes na utilização da água.

Mas apesar de todo o trabalho já realizado, há ainda uma lacuna ao nível da disponibilização da informação, que é muita, muito dispersa e, por isso, de difícil acesso.

Uma melhor articulação e disponibilização acessível da informação e dos resultados de investigação no agroalimentar ajudaria, desde logo, a que agricultores e produtores pudessem fazer opções que fossem de encontro aquilo que quer a indústria quer os consumidores finais preferem, melhorando e desenvolvendo produtos endógenos, conciliando oferta e procura, e potenciando assim a atividade agrícola, tão importante para o interior do país.

Cabendo-nos preservar todos estes valores e transmiti-los às gerações vindouras como uma visão de conjunto – a ideia de que aquilo que comemos começa muito antes de chegar à cozinha –, torna-se necessária uma maior coordenação e união de esforços, esbatendo as fronteiras entre agricultor e consumidor.

Enquanto políticos, temos um papel a desempenhar na mobilização de todos os setores da sociedade nesse sentido.

Neste contexto, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, recomenda ao Governo:

- que crie uma plataforma de coordenação da cadeia alimentar, da investigação ao agricultor, passando pela indústria e chegando ao consumidor, para que o acesso à informação relevante de todo o processo contribua para uma melhor tomada de decisão;
- que crie uma plataforma comum para produtores, grandes, médios e pequenos, por forma a que todos possam ter possibilidade de disponibilizar os seus produtos, bem como estabelecer pontes e conhecer melhor as respetivas realidades, conciliando e ultrapassando disparidades entre oferta e procura;
- que continue a promover a educação com vista à tomada de consciência da

problemática alimentar.

Palácio de São Bento, 16 de fevereiro de 2018

Os Deputados,
PATRÍCIA FONSECA
NUNO MAGALHÃES
TELMO CORREIA
HÉLDER AMARAL
CECÍLIA MEIRELES
ÁLVARO CASTELLO-BRANCO
ANA RITA BESSA
ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO
ASSUNÇÃO CRISTAS
FILIPE ANACORETA CORREIA
FILIPE LOBO D'ÁVILA
ILDA ARAÚJO NOVO
ISABEL GALRIÇA NETO
JOÃO PINHO DE ALMEIDA
JOÃO REBELO
PEDRO MOTA SOARES
TERESA CAEIRO
VÂNIA DIAS DA SILVA